

# Controladoria, Gestão de Custos e Finanças

Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

**Marcos William Kaspchak Machado**

(Organizador)

# **Controladoria, Gestão de Custos e Finanças**

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M149c Machado, Marcos William Kaspchak.  
Controladoria, gestão de custos e finanças [recurso eletrônico] /  
Marcos William Kaspchak Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2018.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-022-3  
DOI 10.22533/at.ed.223182712

1. Controladoria. 2. Empresas – Contabilidade. 3. Empresas -  
Finanças. I. Título.

CDD 658.15

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro “Controladoria, Gestão de Custos e Finanças” publicado pela Atena Editora tem o objetivo de trazer tópicos relacionados a aplicação das ferramentas de gestão contábil e controladoria no ambiente de negócios e gestão pública. Este volume apresenta, em seus 21 capítulos, um conjunto de pesquisas nas áreas temáticas de contribuições teóricas à gestão de custos, estudos de caso aplicados ao ambiente de negócios e custos na gestão pública.

A área temática de contribuições teóricas à gestão de custos mostra o contexto atual do desenvolvimento da ciência contábil e análises multidisciplinares relacionadas à política econômica.

Na sequência os estudos de caso apresentam um conjunto de aplicações da gestão de custos em ambientes de agronegócios, indústrias de transformação, construção civil, prestadores de serviços e em instituições bancárias. Essa diversidade setorial mostra a relevância da gestão de custos na melhoria e controle dos processos gerenciais.

A terceira área aborda a aplicação de ferramentas de gerenciamento de custos e processos gerenciais em setores de prestação de serviço público. A abrangência das áreas temáticas permitirá ao leitor o entendimento da evolução dos processos de controladoria e sua vasta aplicabilidade dentro dos ambientes públicos e privados.

Os processos de controladoria ultrapassam o caráter puramente técnico e assumem um papel de destaque para o sistema de gestão empresarial, englobando rotinas de controle operacional e de auxílio à sociedade.

Aos autores dos capítulos, ficam registrados os agradecimentos do Organizador e da Atena Editora, pela dedicação e empenho, que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços científicos do tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e auxilie os estudantes, pesquisadores e gestores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área de controladoria e gestão de custos.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

## SUMÁRIO

### I. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CUSTOS PARA TOMADA DE DECISÃO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS	
<i>Samanta de Oliveira Silveira</i>	
<i>Nayana de Almeida Adriano</i>	
<i>Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino</i>	
<i>Clayton Robson Moreira da Silva</i>	
<i>Joelma Leite Castelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
BOURDIEU E AS RELAÇÕES DE PODER EM ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS DE CRÉDITO	
<i>Rina Xavier Pereira</i>	
<i>Alexandre Peres Mandaji</i>	
<i>Leonardo Fernando Cruz Basso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO IMOBILIZADO: AS ETAPAS DO TESTE DE IMPAIRMENT	
<i>Angela Maria Haberkamp</i>	
<i>Alexandre André Feil</i>	
<i>Adriano José Azeredo</i>	
<i>Iandara Kremer</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM COMPANHIAS ABERTAS	
<i>Nayara Silveira Fernandes</i>	
<i>Ivanir Rufatto</i>	
<i>Angela Paula Muchinski Bonetti</i>	
<i>Geovanne Dias de Moura</i>	
<i>Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
DESEMPENHO LOGÍSTICO DO BRASIL NO MERCADO INTERNACIONAL: ANÁLISE DO ÍNDICE LPI	
<i>Camila Lima Bazani</i>	
<i>Janser Moura Pereira</i>	
<i>Edvalda Araujo Leal</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
INFLUÊNCIA DA P&D NO DESEMPENHO DE EMPRESAS: ANÁLISE DO BLOCO ECONÔMICO G 20	
<i>Tiago Francisco de Camargo</i>	
<i>Antonio Zanin</i>	
<i>Fabio José Diel</i>	
<i>Citânia Aparecida Pilatti Bortoluzzi</i>	
<i>Elton Zeni</i>	
<i>Moacir Francisco Deimling</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827126</b>	

## II. ESTUDOS DE CASO APLICADOS

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>100</b>
A GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR VITIVINÍCOLA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	
<i>Ana Cláudia Lara</i>	
<i>Odilon Luiz Poli</i>	
<i>Sady Mazzioni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827127</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>117</b>
COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS NA PRODUÇÃO DE SOJA DO ESTADO DO MATO GROSSO	
<i>Arthur Rezende Geneiro</i>	
<i>Mônica Aparecida Ferreira</i>	
<i>Hugo Leonardo Menezes de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827128</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>132</b>
UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS DE CUSTEIO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: UM ESTUDO EM EMPRESA CALÇADISTA DA SERRA GAÚCHA	
<i>Estevo Mateus Olesiak</i>	
<i>Vanessa Heckler Marquesini</i>	
<i>Juliane de Castilhos Spanholi</i>	
<i>Marcos Antonio de Souza</i>	
<i>Débora Gomes Machado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2231827129</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>150</b>
GESTÃO DE CUSTOS HOSPITALARES: UM ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS – MT	
<i>José Ribeiro Viana Filho</i>	
<i>Sofia Ines Niveiros Filho</i>	
<i>Isis Augusta Araújo Pássari</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22318271210</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>171</b>
GESTÃO DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE NAS ORGANIZAÇÕES DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA	
<i>Debora Pereira Gonçalves Santos</i>	
<i>Tania Ferreira dos Santos Bomfim</i>	
<i>Deise Pereira Gonçalves Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22318271211</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>186</b>
CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES DA RETAGUARDA OPERACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	
<i>Ritiele Marcia Kovalski Schreiber</i>	
<i>Euselia Paveglío Vieira</i>	
<i>Jorge Oneide Sausen</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22318271212</b>	

**CAPÍTULO 13..... 206**

CONTROLE GERENCIAL EM EMPRESA MULTISSETORIAL: DISCUSSÕES EM UMA UNIDADE DE NEGÓCIOS

*Wéverton Rezende Alves*  
*Marli Auxiliadora da Silva*  
*Marcus Sérgio Satto Vilela*  
*Renata Mendes de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271213**

**CAPÍTULO 14..... 223**

A IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE DE CUSTOS EM UMA CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO BÁSICO: O CASO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO DE JANEIRO (CEDAE)

*Isabelle Martelleto Silberman*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271214**

**CAPÍTULO 15..... 242**

SOCIAL DISCLOSURE: CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO POR INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO BRASIL

*Leonardo dos Santos Bandeira*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271215**

**CAPÍTULO 16..... 252**

ALINHAMENTO ENTRE POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO E PRÁTICAS DE GESTÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO EM IES PRIVADAS GAÚCHAS

*Juliane de Castilhos Spanholi*  
*Silvana Cristina da Silva Model*  
*Marcos Antonio de Souza*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271216**

**III. CUSTOS NA GESTÃO PÚBLICA**

**CAPÍTULO 17..... 273**

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

*Gilvane Scheren*  
*Sady Mazzioni*  
*Odilon Luiz Poli*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271217**

**CAPÍTULO 18..... 292**

GERENCIAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO MAPEAMENTO DE PROCESSOS NO SETOR PÚBLICO

*Mathäus Marcelo Freitag Dallagnol*  
*Olivia Prado Schiavon*  
*Vanessa de Quadros Martins*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271218**

**CAPÍTULO 19..... 308**

MÉTODOS DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC)

*Jacqueline Benta Ferreira*  
*Sérgio Murilo Petri*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271219**

**CAPÍTULO 20 ..... 326**

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: SISTEMA DE CUSTOS NO DNIT BASEADA NA MODELAGEM DO SAP R/3

*Gabriel Jesus de Souza*

*Kledison Coelho Leite*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271220**

**CAPÍTULO 21 ..... 339**

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM PANORAMA DA SITUAÇÃO ATUAL NAS REGIÕES DO BRASIL

*Artur Angelo Ramos Lamenha*

*Silene Mayara Nunes da Silva*

*Alan Barbosa Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.22318271221**

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 354**



## SOCIAL DISCLOSURE: CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO POR INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO BRASIL

**Leonardo dos Santos Bandeira**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
(UNISINOS)

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O estudo centra-se em analisar a criação e distribuição de riqueza por instituições bancárias no Brasil a partir de suas Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), tendo como amostra de pesquisa as instituições bancárias listadas na Brasil Bolsa Balcão (B<sup>3</sup>) e o período de 2014 a 2016 como lapso temporal de estudo. A partir de um estudo empírico-analítico, qualitativo e procedimentos bibliográficos e documentais, a pesquisa aponta que a maior parcela da riqueza criada pelos bancos foi distribuída a sócios e acionistas a título de remuneração de capitais próprios, posteriormente pela distribuição de riqueza a empregados em forma de remuneração direta, benefícios e fundo de garantia, seguida pela parcela distribuída a remuneração de capitais próprios e, em menor parcela, remuneração de capitais de terceiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Demonstração do Valor Adicionado. Criação e distribuição de riqueza. Contabilidade social.

**ABSTRACT:** The study focuses on analyzing the creation and distribution of wealth by

banking institutions in Brazil from its value added statements (DVA), having as a research sample the banking institutions listed in Brazil Bolsa counter (B<sup>3</sup>) and The period 2014 to 2016 as time lapse of study. Based on an empirical-analytical, qualitative and bibliographic and documentary procedures, the research points out that the largest portion of the wealth created by the banks was distributed to shareholders and stockholders as equity remuneration, Subsequently by the distribution of wealth to employees in the form of direct remuneration, benefits and guarantee Fund, followed by the distributed portion the remuneration of shareholders ' equity and, to a lesser amount, remuneration of the capital of third parties.

**KEYWORDS:** Value added statement. Creation and distribution of wealth. Social accounting.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Contabilidade, pelo seu aspecto social, objetiva proporcionar informações a respeito do desempenho das entidades em seus diversos campos de atuação, desde informações internas que favoreçam o processo de tomada de decisão ligado à gestão de resultados, quanto de natureza externa que comuniquem à sociedade as vantagens e desvantagens provenientes de sua atividade operacional.

Os desafios de se comunicar aos agentes econômicos – pessoas, quer físicas ou jurídicas, que, de forma direta ou indireta, contribuem para o desempenho econômico das organizações – informações que retratam esse comportamento, tem sido atendido por meio da apresentação das demonstrações contábeis, sobretudo as demonstrações sociais: Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado.

Visto o exposto, o presente estudo pretende contextualizar o papel social das organizações a partir da resolução da seguinte questão problema: Qual a riqueza adicionada criada pelas instituições bancárias do Brasil e como a mesma foi distribuída a sociedade em que estão inseridas a partir de remuneração a pessoal, ao governo, a capital de terceiros e a capital próprio? Para solucionar o referido problema, objetiva-se de modo geral analisar a criação e distribuição da riqueza criada pelas instituições bancárias no Brasil e de forma específica resgatar o papel da contabilidade em gerar informações de cunho social a partir do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado.

A pesquisa caracteriza-se como empírico-analítica, de abordagem qualitativa e se utiliza dos métodos de pesquisas bibliográfico e documental, tendo sido desenvolvida a partir da análise de bibliografias sobre o assunto e coleta de dados nas Demonstrações do Valor Adicionado publicadas pelas 23 (vinte e três) instituições que compõem a amostra, no período de 2014 a 2016.

As instituições bancárias possuem um papel preponderante na formação do PIB Nacional e das regiões em que estão inseridas. Buscar conhecer qual papel social essas instituições vêm desempenhando a partir da sua geração de riqueza, significa identificar seu grau de responsabilidade social corporativa, ou seja, qual a contribuição da instituição para com seus agentes econômicos.

O estudo apresenta uma discussão bibliográfica trazendo, inicialmente, o papel da contabilidade social relacionada ao Balanço Social e à Demonstração do Valor Adicionado e, posteriormente, com base no Pronunciamento Técnico CPC 09, a determinação de como evidenciar a criação e a distribuição do valor adicionado; em seguida, apresenta-se o método e a análise dos resultados, onde se discutem, respectivamente, os procedimentos adotados e os achados da pesquisa.

## **2 | CONTABILIDADE SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Desde o início do século XX as instituições e a sociedade têm demonstrado preocupação com o tema da responsabilidade social. Tal demanda acarretou na preponderante necessidade das empresas em divulgar e informar seu papel no ambiente e meio social em que estão inseridas por meio dos chamados balanços ou relatórios sociais.

O processo de evidenciação ou *social disclosure* de informações relativas à responsabilidade social corporativa se dá por meio de instrumentos contábeis, dentre

os quais se destacam o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

O Balanço Social constitui-se de um demonstrativo que objetiva evidenciar informações que retratam o papel da empresa diante de suas responsabilidades com a sociedade, evidenciando informações do desempenho da empresa tanto de caráter financeiro e econômico quanto sociais e ambientais. (TINOCO; KRAEMER, 2008).

A DVA, que se constitui de um demonstrativo financeiro componente do Balanço Social, fornece informações que retratam a relação da empresa com a sociedade em que está inserida através dos benefícios socioeconômicos gerados e sua distribuição entre os agentes econômicos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, governo, acionistas, dentre outros.

A DVA surgiu na Europa e tem sido cada vez mais adotada pelos países, sobretudo por influência da Grã-Bretanha, França e Alemanha e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU). (RIBEIRO, 2014).

No Brasil, até 2007, a DVA não era obrigatória; porém, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) incentiva a publicação voluntária do demonstrativo desde 1992 através do Parecer de Orientação CVM nº24/1992 pelas companhias abertas: “São exemplos de formas de enriquecimento da informação levada ao público: Demonstrações complementares, como: a) Fluxo de caixa; e b) Valor Adicionado.” (CVM, 1992, p.4).

A obrigação de apresentação da DVA no Brasil deu-se com a Lei 11.638/07, que a incluiu no conjunto das demonstrações financeiras obrigatórias para as companhias abertas, devendo ser apresentada ao final de cada exercício social juntamente com as demais demonstrações previstas pelo artigo 176 da Lei 6.404/76.

A DVA deve indicar, no mínimo

[...] o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. (BRASIL, 1976).

Por riqueza criada, os autores Machado, Macedo e Machado (2015, p. 60) entendem “[...] que seja o incremento de valor que a empresa atribui aos insumos de produção que foram pagos a terceiros durante o processo produtivo”, ou seja, o valor que a entidade adiciona aos fatores de produção.

Braga (2008, p. 24) corrobora nesse entendimento ao afirmar que “o valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período”. Para o autor, o valor adicionado pode ser obtido a partir da diferença entre o total das vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o propósito de estabelecer critérios para a elaboração e apresentação da DVA, emitiu em 2008 o Pronunciamento CPC 09. O referido pronunciamento enfatiza a DVA como um dos elementos

componentes do Balanço Social e que tem por finalidade “evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período”. (CPC, 2008).

De acordo com o CPC 09, valor adicionado “representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros”, incluindo o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

As informações utilizadas na DVA são, em sua grande maioria, extraídas principalmente da Demonstração do Resultado (DR). No entanto, enquanto a DR enfatiza a formação do lucro líquido auferido pela entidade, a DVA o apresenta como a parcela do valor adicionado destinada aos detentores de capital; os demais valores distribuídos a empregados, governo e financiadores na DVA, são apresentados como despesas na DR.

Para Ludícius *et al.* (2010), as informações fornecidas pela DVA são importantes para analisar a capacidade de geração e distribuição de valor pelas empresas, analisar o desempenho econômico da entidade, conhecer os benefícios gerados a cada um dos fatores de produção, auxiliar no cálculo do PIB e de outros indicadores e informar a contribuição da empresa na formação da riqueza da região e localidade em que está inserida.

A DVA identifica a relevância do desempenho da empresa para a sociedade, sobretudo no que concerne a sua utilidade do ponto de vista macroeconômico, ou seja, a contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB), baseada no conceito de realização da receita (regime contábil de competência). (BRAGA, 2008; CPC, 2008; CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Santos (2007) acrescenta ainda que é inquestionável o auxílio da DVA no cálculo do PIB e de indicadores sociais relevantes. Para Ribeiro (2014), não restam dúvidas a representatividade da DVA para a importância do papel social da Ciência Contábil em atingir um universo de usuários significativo ao evidenciar a criação e distribuição da riqueza de uma entidade para a sociedade.

## **2.1 Evidenciação da Criação e Distribuição da Riqueza Adicionada**

A DVA deve demonstrar, sequencialmente, de forma detalhada como a riqueza foi criada pela entidade por meio de receitas, insumos adquiridos de terceiros, valor recebido em transferência, bem como a distribuição da riqueza com pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais próprios e remuneração de capitais de terceiros.

A primeira parte da DVA evidencia a criação do valor adicionado bruto e o valor adicionado líquido a distribuir (Receitas – Insumos adquiridos de terceiros + valor adicionado em transferência). A riqueza criada pela entidade constitui-se, de acordo com o CPC 09, dos seguintes itens:

Receitas – vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços; outras receitas e provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição/reversão). Para as

entidades bancárias, incluem as receitas e despesas de intermediação financeira.

Insumos adquiridos de terceiros – custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos (não incluso gastos com pessoal próprio); materiais, energia, serviços de terceiros e outros; perda e recuperação de valores ativos; depreciação, amortização e exaustão.

Valor adicionado em transferência – resultado de equivalência patrimonial; receitas financeiras; outras receitas.

A segunda parte da DVA demonstra a distribuição da riqueza criada entre os agentes econômicos que contribuíram para a formação do valor adicionado. Os principais componentes, ou agentes, dessa distribuição são os seguintes, ainda de acordo com o CPC 09:

Pessoal – valores apropriados ao custo ou ao resultado por meio de remuneração direta (salários, 13º, honorários, férias, comissões, participações de empregados etc.); benefícios (assistência médica, alimentação, transporte, plano de aposentadoria etc.) e FGTS.

Impostos, taxas e contribuições – Valores devidos ou já recolhidos relativos a tributos federais, estaduais e municipais.

Remuneração de capitais de terceiros – valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital em forma de juros passivos, aluguéis e outras remunerações a terceiros.

Remuneração de capitais próprios – valores relativos à remuneração paga aos sócios e acionistas em forma de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos, lucros retidos e prejuízos do exercício.

### **3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os métodos de pesquisas adotados foram pesquisa bibliográfica e documental. Para Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema do estudo, colocando o pesquisador em contato direto com o novo enfoque ou abordagem, alcançando conclusões inovadoras. Já a pesquisa documental, segundo Gil (2017, p. 29), “[...] vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas”.

#### **3.1 Caracterização e Delimitação da Pesquisa**

O estudo tem como objeto as Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) divulgadas pelas instituições bancárias listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3), referentes ao período de 2014 a 2016, e caracteriza-se como um estudo empírico-analítico, de abordagem qualitativa, e pautado em procedimentos bibliográficos e documentais.

A abordagem empírico-analítica apresenta “[...] a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos [...]” (MARTINS, 2002,

p.34).

O processo de amostragem deu-se de forma não probabilística, isto é, a determinação da amostra deu-se de forma intencional de acordo com critérios determinados pelo autor. (MARTINS, 2002; DIEHL; TATIM, 2004). Assim, as empresas escolhidas para compor a amostragem do estudo são as instituições bancárias listadas no segmento Bancos do setor Financeiro e Outros da Brasil Bolsa Balcão (B<sup>3</sup>) e que tenham suas Demonstrações do Valor Adicionado relativas ao período de 2014 a 2016 divulgadas no banco de dados da referida instituição.

A seleção resultou em 24 (vinte e quatro) instituições bancárias, das quais 23 (vinte e três) publicaram as DVAs no período determinado para análise, compondo a amostra do estudo, a saber:

ABC BRASIL	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
ALFA DE INVESTIMENTOS	BANCO INDUSVAL
ALFA HOLDING	BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS DO BRASI
AMAZONIA	BANCO MERCANTIL DO BRASIL
BANCO BRADESCO	BANCO PAN
BANCO BTG PACTUAL	BANCO PATAGONIA
BANCO DE BRASÍLIA	BANCO PINE
BANCO DO BRASIL	BANCO SANTANDER (BRASIL)
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE	ITAU UNIBANCO HOLDING
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ITAUSA INVESTIMENTOS ITA
BANCO DO ESTADO DO PARÁ	PARANÁ BANCO
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	

**Tabela 1** – Instituições bancárias selecionadas para composição da amostra

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para coleta e análise dos dados, recorreu-se às demonstrações consolidadas ou individuais do valor adicionado das respectivas instituições relativas aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 publicadas pelos bancos na B<sup>3</sup>.

Os dados extraídos referem-se a valor adicionado total a distribuir e sua distribuição entre os segmentos pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Tais dados foram tabulados em planilha .xls com o objetivo de se conhecer estatisticamente qual a participação no PIB Nacional do valor adicionado gerados pelas instituições alvo do estudo no período em análise e ainda o percentual de distribuição dessa riqueza entre os agentes econômicos.

### 3.3 Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados

O montante do valor adicionado a distribuir dos vinte e três bancos que compõem a amostra do estudo, expresso em moeda nacional corrente, foi de R\$ 173.212.599,00 em 2014, de R\$ 151.472.585,00 no ano de 2015 e R\$ 214.444.914,00 no ano de 2016. Conforme evidenciada pela tabela abaixo, a riqueza criada pelas instituições objeto de estudo, participaram com, em média, 2,98% do PIB (Produto Interno Bruto) do país nesse período.

	2014	2015	2016
PIB brasileiro (*)	5,779	6,001	6,267
Valor adicionado criado	173.212.599,00	151.472.585,00	214.444.914,00
Participação do valor adicionado no PIB brasileiro	3%	2,52%	3,42%

**Tabela 2** - Participação do valor adicionado criado por instituições bancárias listadas na B<sup>3</sup> no PIB brasileiro de 2014 a 2016(\*)

Valores correntes em bilhões de reais

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018).

Ressalta-se que, algumas instituições bancárias apresentaram no período valor adicionado a distribuir negativo, o que indica que a empresa não gerou riqueza suficiente para remunerar seus agentes econômicos, cabendo aos proprietários, sócios e/ou acionistas arcarem com a obrigação.

Uma companhia pode obter valor adicionado a distribuir negativo e conseguir transferir a seus empregados, governo e credores, todavia, resta aos acionistas ou proprietários arcarem com o custo dos prejuízos. (CONSENZA, 2003 *apud* SANTOS; PARMEZZANO, 1999).

Como observado na tabela 2, do montante de valor adicionado a distribuir gerado pelos bancos no três anos, a maior distribuição média dessa riqueza foi a título de remuneração de capitais próprios (43,21%), que é a parcela destinada à remuneração de sócios e/ou acionistas; em sequência, a segunda maior distribuição média da riqueza criada foi a título de remuneração direta, benefícios e FGTS pagos a empregados (38,34%), seguidas pelas distribuições a título de impostos, taxas e contribuições (15,54%) e remuneração de capitais de terceiros (2,91%).

Distribuição do Valor Adicionado	2014	2015	2016	Média
Pessoal	35,31	45,14	34,58	38,34
Impostos, taxas e contribuições	21,65	(3,12)	28,08	15,54
Remuneração de Capital de Terceiros	2,67	3,42	2,64	2,91
Remuneração de Capital Próprio	40,37	54,56	34,70	43,21

**Tabela 3** - Distribuição de valor adicionado em % de 2014 a 2016 por instituições bancárias listadas na B<sup>3</sup>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018).

### 3.3.1 Análise por Agente Econômico

Como observado, do valor adicionado total criado pelas instituições durante o período em análise, em média, 38,34% foram distribuídos a título de remuneração direta, benefícios e FGTS a empregados. No ano de 2014, o montante perfaz o total de R\$ 61.154.783,00, sendo o Banco Indusval S.A a instituição que mais distribuiu riqueza (78,73% do valor adicionado) a este agente econômico no referido ano. O ano

de 2015 o valor distribuído a pessoal foi de R\$ 68.375.768,00, tendo sido o Banco Pan S.A o maior distribuidor a pessoal da riqueza por ele gerada no período (72,78%). Em 2016, o valor distribuído perfaz o total de R\$ 74.164.659,00, contando com o Banco Pine S.A. como a instituição que mais distribui valor a pessoal do seu valor adicionado gerado (96,05%).

As instituições distribuíram, em média, 15,54% do valor adicionado criado no período ao governo, a título de impostos, taxas e contribuições. A representação de uma distribuição negativa no ano de 2015 infere que as instituições, de modo geral, cumpriram com suas obrigações tributárias com capital proveniente diretamente dos sócios e acionistas, e não a partir da própria riqueza gerada.

No ano de 2014 as instituições distribuíram ao governo o total de R\$ 37.496.308,00, tendo sido o Banco Pan S.A. a instituição que mais distribui riqueza em impostos, taxas e contribuições (33,42%). O ano de 2015, como já mencionado, se apresenta com uma distribuição negativa de R\$ 4.722.204,00. Em 2016, as instituições distribuíram ao agente econômico em análise o total de R\$ 60.209.043,00, contando com o Banco Amazônia S.A. como o maior distribuidor da riqueza gerada individualmente por ele (43,26%).

Da riqueza total criada pelas instituições, a menor distribuição refere-se à remuneração de capitais de terceiros, tendo sido em média 2,91% dessa riqueza. Em 2014, o montante distribuído a título de remuneração de capitais de terceiros somou R\$ 4.630.667,00, contando com o Banco Mercantil do Brasil como a instituição que mais distribui a este econômico (82,97%). No ano de 2015, o total distribuído correspondeu a R\$ 5.181.014,00, sendo que o maior distribuidor foi o Banco BTG Pactual S.A., com 23,21%. O ano de 2016 contou com um total distribuído de R\$ 5.667.500,00 a terceiros, contando com a maior distribuição de 14,86% do Banco Pan S.A.

Nos três anos em análise, a maior distribuição de riqueza foi a título de remuneração de capitais próprios, que perfaz uma média de 43,21% no período. Em 2014, o total distribuído a sócios e acionistas foi de R\$ 69.930.841,00; em 2015, o montante perfaz R\$ 82.638.007,00 e, em 2016, R\$ 74.403.712,00. Em todo o período analisado, o Banco Alfa Hoding S.A. foi a instituição bancária que mais distribuiu riqueza a título de remuneração de capitais próprios a partir do valor adicionado individualmente gerado, tendo sido 92,82% em 2014, 95,09% em 2015 e 94,88% em 2016.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a relevância da Demonstração do Valor Adicionado como uma ferramenta fundamental para evidenciar a geração e distribuição de riqueza pelas organizações, a pesquisa objetivou analisar a criação de riqueza (valor adicionado) pelas instituições bancárias no Brasil no período de 2014 a 2016 e como esta riqueza foram distribuídas aos agentes econômicos “pessoal; impostos, taxas e contribuições,



remuneração de capital de terceiros e remuneração de capitais próprios”.

Por meio dos dados extraídos das Demonstrações do Valor Adicionado das 23 (vinte e três) instituições bancárias analisadas, foi possível constatar que as instituições geraram no ano de 2014 valor adicionado ao montante de R\$ 173.212.599,00, em 2015 de R\$ 151.472.585,00 e de R\$ 214.444.914,00 no ano de 2016. A partir da geração de suas riquezas no período, as instituições contribuíram com 3%, 2,52% e 3,42% na formação do PIB Nacional nos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente.

Quanto à distribuição da riqueza gerada, a maior distribuição média dessa riqueza foi a título de remuneração de capitais próprios (43,21%), que é a parcela destinada à remuneração de sócios e/ou acionistas; em sequência, a segunda maior distribuição média da riqueza criada foi a título de remuneração direta, benefícios e FGTS pagos a empregados (38,34%), seguidas pelas distribuições a título de impostos, taxas e contribuições (15,54%) e remuneração de capitais de terceiros (2,91%).

Assim, o estudo atingiu aos objetivos propostos e, a partir dos procedimentos metodológicos adotados, conseguiu responder à questão problema. Nota-se que as instituições possuem papel social fundamental para as sociedades que estão inseridas a partir da remuneração a pessoal e tributos e, sobretudo, ao fato de proporcionarem maiores resultados a seus investidores, sócios e acionistas.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, P. T. S. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas – Setor Financeiro e Outros – Segmento Bancos.** Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em 20 jan. 2018.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/DhQ4Lz>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <<https://goo.gl/QNhR5A>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação CVM nº 24/1992.** Brasília. Disponível em: <<https://goo.gl/hWW6Dt>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09:** Demonstração do Valor Adicionado. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/rrhnRW>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CUNHA, J. C. A; RIBEIRO, M. S; SANTOS, A. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 37, p. 07-23, jan./abr.2005.

DIEHL, A. A; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, M. A. V; MACEDO, M. A. S; MACHADO, M. R. Analysis of the Relevance of Information Content of the Value Added Statement in the Brazilian Capital Markets. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 57-69, jan./abr. 2015.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, O. M. **Demonstrações Financeiras: mudanças na lei das sociedades por ações: como era e como ficou.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TINOCO, J. E. P; KRAEMER, E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2008.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-022-3

